

## O ‘nós inclusivo’ no artigo de opinião: negociação pelo movimento de engajamento

**Alice Andrade Miskiw**

Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Brasil  
orcid.org/0000-0002-8688-573X

**Alcione Tereza Corbari**

Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Brasil  
orcid.org/0000-0002-3247-7191

Este artigo discute o uso da primeira pessoa (“nós inclusivo”) em 20 artigos de opinião publicados no jornal *Gazeta do Povo* entre 2019 e 2020. Visa a identificar e descrever a função discursivo-pragmática do uso da primeira pessoa no movimento de negociação instaurado em artigos de opinião. Recorre aos procedimentos metodológicos da Análise Textual Qualitativa e fundamenta-se nos estudos da Pragmática (PARRET, 1988; YULE, 1996; FIORIN, 1996; 2007), da Linguística de Enunciação (BENVENISTE, 1991; FIORIN, 2007) e da Linguística Funcional (NEVES, 2018). A análise sugere que a recorrência do “nós inclusivo” resultou na constituição da categoria “Negociação pelo movimento de engajamento”, que envolve um movimento de negociação entre os interlocutores colocado em cena pelo enunciador para engajar o leitor à sua perspectiva.

**Palavras-chave:** Primeira pessoa. Nós inclusivo. Negociação. Artigo de opinião.

### El ‘nosotros inclusivo’ en artículos de opinión: negociación por el movimiento de compromiso

Este artículo analiza el uso de la primera persona (“nosotros inclusivo”) en 20 artículos de opinión publicados en el periódico *Gazeta do Povo* entre 2019 y 2020. Tiene como objetivo identificar y describir la función discursivo-pragmática del uso de la primera persona en el movimiento de negociación establecido en los artículos de opinión. Utiliza los procedimientos metodológicos del Análisis Textual Cualitativo y se basa en estudios de Pragmática (PARRET, 1988; YULE, 1996; FIORIN, 1996; 2007), Lingüística de la Enunciación (BENVENISTE, 1991; FIORIN, 2007) y Lingüística Funcional (NEVES, 2018). El análisis sugiere que la recurrencia del “nosotros inclusivo” resultó en la constitución de la categoría “negociación por el movimiento de compromiso”, que implica un movimiento de negociación entre los interlocutores puestos en escena por el orador para comprometer al lector con su perspectiva.

**Palabras clave:** Primera persona. Nosotros inclusivo. Negociación. Artigo de opinión.

### ‘Inclusive we’ in argumentative texts: negotiation through the engagement movement

This article discusses the use of the first person (“inclusive we”) in 20 argumentative texts published in the *Gazeta do Povo* newspaper between 2019 and 2020. It aims to identify and describe the discursive-pragmatic function of the first person in the negotiation movement established in argumentative texts. It uses the methodological procedures of Qualitative Textual Analysis and is based on studies of Pragmatics (PARRET, 1988; YULE, 1996; FIORIN, 1996; 2007), Linguistics of Enunciation (BENVENISTE, 1991; FIORIN, 2007) and Functional Linguistics (NEVES, 2018). The analysis suggests that the recurrence of the “inclusive we” resulted in the constitution of the category “negotiation through the engagement movement”, which involves a movement of negotiation between the interlocutors put on stage by the speaker to engage the reader with his perspective.

**Keywords:** First person. Inclusive we. Negotiation. Argumentative texts.

## Introdução

Considerando a importância do desenvolvimento de pesquisas que busquem superar os estudos da gramática tradicional e que busquem evidenciar não apenas as escolhas linguísticas, mas também seu funcionamento em diversas situações de interação, este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa sobre o uso de primeira pessoa em artigos de opinião publicados no jornal *Gazeta do Povo*.

Os 20 artigos que constituem o *corpus* abordam assuntos relacionados a problemas ambientais enfrentados pela população brasileira na atualidade. A escolha de artigos que tratassem exclusivamente de questões ambientais surgiu diante de um contexto nacional no qual a postura do governo em relação ao meio ambiente tornou-se alvo de constantes debates. Tal cenário fomentou a propagação de notícias e reportagens sobre o tema nos anos de 2019 e 2020, período considerado na constituição do *corpus*.

Entendemos que estudar as marcas de pessoalidade no artigo de opinião resulta em uma pesquisa produtiva, pois o uso da primeira pessoa retrata um recurso recorrente nesse contexto enunciativo e pode ser utilizado como estratégia de negociação (GOLDER; COIRIER, 1996). Além disso, motiva esta pesquisa a observação de que poucos estudos têm sido propostos sobre a temática, principalmente no que se refere a trabalhos que tenham como foco a análise de marcas de primeira pessoa no gênero em questão.

Nessa perspectiva, este estudo busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: que função discursivo-pragmática o uso da primeira pessoa (*nós inclusivo*) assume no movimento de negociação em artigos de opinião? Com o intuito de responder a esse questionamento, estabelecemos como objetivo geral identificar e descrever a função discursivo-pragmática do uso da primeira pessoa no movimento de negociação instaurado em artigos de opinião produzidos por articulistas, a partir da perspectiva da Pragmática.

Destacamos que os resultados obtidos neste artigo são parte do resultado da dissertação intitulada *A primeira pessoa como estratégia de negociação no artigo de opinião* (2021). A investigação resultou na proposição de duas categorias: *Negociação pelo movimento de engajamento* e *Negociação pela explicitação de autoridade*. Considerando o espaço para exposição da pesquisa em um artigo científico, optamos por abordar, neste momento, apenas a primeira categoria citada.

Em conformidade com os estudos da Pragmática (PARRET, 1988; YULE, 1996; FIORIN, 1996; 2007), cuja investigação volta-se para a análise de fatos linguísticos em função do ato de enunciar (FIORIN, 2007), partimos do pressuposto de que o uso das

marcas de primeira pessoa pode ser uma maneira de agir sobre o outro, considerando os objetivos envolvidos na produção do texto em determinado contexto enunciativo.

Metodologicamente, propomos uma análise qualitativa interpretativista (BORTONI-RICARDO, 2008), com abordagem descritivo-interpretativa, cujo recorte metodológico é feito a partir da perspectiva da Análise Textual Qualitativa (MORAES, 2003).

Considerando o *corpus* investigado, os objetivos deste artigo e a possibilidade de integrar estudos da Pragmática a outras áreas da Linguística que consideram o texto em uso, recorreremos também a pesquisadores que não se enquadram especificamente dentro da área da Pragmática, mas que amparam a análise proposta. Por exemplo, a Linguística de Enunciação (BENVENISTE, 1991; FIORIN, 2007) ampara a análise da ‘pessoa’ na construção do texto, e a Linguística Funcional (NEVES, 2018) contribui com estudos sobre o funcionamento da primeira pessoa, especialmente no que tange ao estudo dos pronomes. Também recorreremos a Golder e Coirier (1996) e Golder (1992) para discutir aspectos relativos à argumentação e para conceituar ‘negociação’,

No que tange à estrutura deste texto, apresentamos primeiramente os conceitos que guiam a análise; na sequência, contextualizamos a pesquisa no que tange às escolhas metodológicas, à seleção do *corpus* e aos procedimentos de análise; por fim, resumimos as análises referentes à categoria aqui apresentada, discutimos os resultados e apresentamos as considerações finais.

## **2 As marcas da primeira pessoa: um olhar a partir da perspectiva da Pragmática**

Neste artigo, buscamos nossa base nos estudos da Pragmática, área da Linguística que estuda as relações entre as formas linguísticas e seus usuários, considerando os significados pretendidos pelos interactantes, suas suposições, seus propósitos ou objetivos e os tipos de ações que realizam quando falam (YULE, 1996). Nesse sentido, a Pragmática nos ajuda a compreender as escolhas linguísticas a partir do contexto da enunciação.

Parret (1988) observa que o sentido se caracteriza como globalmente ligado ao contexto e que este não existe autonomamente, pois depende da dinamicidade da atividade de fala. A discussão em torno da noção de contexto aponta para a relevância de explicitar os conceitos de enunciação, enunciado, enunciador e enunciatário. Fiorin (2007) recorre a Benveniste (1991) ao definir ‘enunciação’ como “a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização” (FIORIN, 2007, p. 162). Logo, ela é unidade constitutiva do enunciado, que, por sua vez, é o estado que resulta da enunciação, qualquer que seja sua composição sintagmática.

Ademais, para o autor, enunciador e enunciatário correspondem ao autor e leitor implícitos ou abstratos, aceção que usamos neste trabalho. Cada um é responsável por uma parte da comunicação: o enunciatário, por ser considerado como “filtro e instância pressuposta no ato de enunciar, é também sujeito produtor do discurso” (FIORIN, 2007, p. 163), e o enunciador é o produtor real, que leva em conta suas vivências e as do enunciatário a quem ele se dirige. Ou seja, no enunciado, para todo *eu*, existe necessariamente um *tu* e ambos são constituídos por seus contextos.

Esse *eu* e esse *tu*, embora constitutivos do ato enunciativo, podem ficar evidenciados por marcas linguísticas específicas, como é o caso dos dêiticos que indicam os participantes da interação, a exemplo dos pronomes pessoais e demonstrativos (FIORIN, 2007). Embora tais elementos não sejam os únicos a marcar a primeira pessoa, o estudo sobre tais expedientes linguísticos contribui para a análise de outras formas de expressão da primeira pessoa do plural, como a desinência verbal, o pronome oblíquo e o pronome possessivo.

Considerando a grande influência grega na construção do pensamento ocidental, destacamos que Dionísio o Trácio foi responsável pela primeira gramática sistematizada da língua grega (séc. II a.C.), sendo o primeiro gramático a falar das pessoas do discurso, conforme pontua Neves (2001). A autora cita que Dionísio o Trácio classificou a primeira pessoa como a pessoa que fala (de quem parte o discurso); a 2ª pessoa como aquela a quem se fala (a quem se dirige o discurso) e a 3ª pessoa como aquela de quem se fala (sobre quem é o discurso), conceito que ainda permeia o ensino gramatical nas escolas, embora já questionado pela Linguística. Com pequenas variações, vemos esse conceito em diferentes compêndios gramaticais, os quais empregam esse mesmo paradigma também na apresentação dos pronomes oblíquos e possessivos.

Séculos depois, Benveniste (1991), que fundamenta a presença linguística da subjetividade na linguagem, determinada pelo *status* linguístico de ‘pessoa’ (FLORES, 2013), foi o primeiro a falar sobre a consistência puramente linguística do *eu*, termo que não pode ser identificado senão na instância do discurso. O autor constata que, ao observar as três formas singulares dos pronomes, supõe-se que elas podem transportar-se de forma paralela para o plural, o que não se verifica no funcionamento real das línguas.

De forma geral, o linguista deixa claro que a pessoa verbal no plural exprime uma pessoa “amplificada e difusa” (BENVENISTE, 1991, p. 258). O *nós* anexa ao *eu* uma globalidade indistinta de outras pessoas. Benveniste (1991) ainda acrescenta que a pessoa no singular é a “pessoa estrita”, e a pessoa no plural é a “pessoa amplificada”. “Só a ‘terceira pessoa’, sendo não-pessoa, admite um verdadeiro plural” (BENVENISTE, 1991, p. 259).

Neves (2018) também faz menção aos usos inclusivo e exclusivo da primeira pessoa do plural quando explicita que as formas plurais de pronome pessoal nem sempre fazem referência apenas a indivíduos da mesma pessoa do discurso. É comum que elas façam referência a indivíduos de diferentes pessoas do discurso. No caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa (*nós, nos*), é comum que haja o envolvimento de uma segunda ou terceira pessoa (ou de ambas)<sup>1</sup>.

Fiorin (1996) reforça os estudos clássicos de Benveniste (1991) ao dizer que existem formas distintas para as chamadas primeira e segunda pessoas do plural, e, portanto, não se pode dizer que há nelas uma simples pluralização como a que ocorre com a terceira pessoa. As marcas de plural e de feminino (*e/e = eles, e/e = ela*) assinalam a ausência de personalidade. Assim, em relação às primeiras pessoas, o autor afirma que elas apresentam o seguinte significado:

eu: quem fala, eu é quem diz eu;

nós: não é a multiplicação de objetos idênticos, mas a junção de um eu com um não eu; há três nós: um inclusivo, em que ao eu se acrescenta um tu (singular ou plural); um nós exclusivo, em que ao eu se juntam ele ou eles (nesse caso o texto deve estabelecer que sintagma nominal o ele presente no nós substitui) e um nós misto, em que ao eu se acrescentam tu (singular ou plural) e ele(s) (FIORIN, 1996, p. 60).

Fiorin (1996) explica, ainda, que existem três conjuntos de morfemas que servem para expressar a pessoa: os pronomes retos e oblíquos; os pronomes possessivos; e as desinências número-pessoais dos verbos. O autor ainda aborda os adjetivos possessivos, referentes ao que a gramática denomina 'pronome possessivo', entendendo-os como uma variante dos pronomes pessoais que assume também a função de marcar a pessoa.

O trabalho de Fiorin (1996) acerca das categorias de pessoa supera os estudos da gramática tradicional. O autor, baseado nos pressupostos da Linguística da Enunciação, considera a enunciação um acontecimento único, realizado por sujeitos particulares em situações particulares e, portanto, fora dos quadros do sistema. Assim, seus estudos buscam evidenciar não apenas as formas linguísticas existentes, mas também seu funcionamento em todas as instâncias.

No artigo de opinião, as marcas de primeira pessoa estão intrinsecamente relacionadas à preservação das faces e ao movimento de engajamento. Ao longo das demais seções deste artigo, abordamos tais estratégias considerando o movimento de negociação instaurado nesse gênero.

---

<sup>1</sup> Neves (2018) também cita os casos de referência pessoal genérica, que equivale a "qualquer pessoa", os quais não serão aqui considerados pelo fato de tal referência, no caso da primeira pessoa do plural, não apresentar indeterminação total, já que na primeira pessoa do plural está sempre incluído o falante (*eu*).

### 3 A negociação no artigo de opinião

O artigo de opinião é guiado pelo objetivo de apresentação de um ponto de vista sobre um tema que movimentava interpretações subjetivas. De acordo com Rodrigues (2001), “o artigo se situa entre os gêneros que historicamente têm seu horizonte temático e axiológico orientado para a manifestação da expressão valorativa a respeito de acontecimentos sociais que são notícia jornalística” (RODRIGUES, 2001, p. 130).

Os artigos de opinião são textos que abordam acontecimentos da vida pública que mobilizam opiniões, como, por exemplo, as queimadas da Amazônia que ocorreram nos últimos meses do ano de 2019. Assim, a finalidade discursiva desse gênero é a manifestação social de um ponto de vista relacionado a ocorrências do universo temático jornalístico.

Esse gênero tem um importante papel na imprensa, pois permite que a comunicação jornalística adquira um caráter mais amplo do que seu potencial informativo, na medida em que possibilita a apresentação de outras perspectivas de análise sobre o cenário sócio-histórico local e mundial, ao admitir autores especialistas que não são parte da equipe editorial.

Esse contexto de debate é propício à explicitação de estratégias de negociação, relacionadas a escolhas linguísticas que visam a alcançar determinado fim; no caso em tela, o de apresentar um texto convincente ao leitor. Trata-se, pois, de um evento discursivo que implica intenções que são movimentadas por interactantes em determinada situação enunciativa. Ou seja, a negociação é um evento pragmaticamente localizado, fazendo parte de um contexto moldado pela própria atividade de fala, para usar os termos de Parret (1988).

De acordo com Golder e Coirier (1996), é por meio da argumentação que o enunciador tenta levar o enunciatário a aceitar o argumento proposto, agindo em suas opiniões, atitudes e comportamentos. O enunciador induz a opinião por meio de operações argumentativas. Os autores mencionam que um enunciador que ocupa a posição de argumentador preocupa-se em fazer com que o seu interlocutor compreenda a razão pela qual aquilo que está dizendo é válido e crível.

Ademais, para que o público aceite uma opinião, o enunciador deve deixar espaço para a argumentação (GOLDER; COIRIER, 1996). Isso significa que o enunciador deve tomar seu interlocutor como um participante da interação que precisa entender o que foi dito como um julgamento sobre os fatos, e não como fatos em si.

Segundo os autores, a negociação argumentativa pode ocorrer por meio do distanciamento do enunciador, que acontece quando sua incerteza aparece em expressões como “eu acho”, “eu acredito”, “talvez”; ou por meio de estratégias que demonstram que o enunciador está avaliando algo como bom ou ruim, como as

expressões “é bom” e “é estúpido”, por exemplo. A negociação pode conceber-se nos momentos em que o enunciador se distancia do conteúdo do texto e utiliza-se de argumentos que se conformam aos valores sociais aceitáveis para ele e para o seu interlocutor.

Golder e Coirier (1996) também afirmam que a construção da negociação é uma tarefa complexa, pois conta com operações como a contra-argumentação e exige um gerenciamento elaborado do discurso, já que o enunciador deve fazer com que o “modo diálogo” aconteça em um monólogo. Conforme Golder (1992), ao apresentar sua opinião, o enunciador reconhece que, eventualmente, outros argumentos e outras crenças serão mobilizados. Ao buscar construir uma operação de argumentos negociáveis, o enunciador demonstra que não encara seu interlocutor como um leitor passivo, mas como alguém que tem suas opiniões e está disposto a estabelecer trocas. Desse modo, ao levar em conta o tipo de orientação argumentativa proposta pelo interlocutor (ou que seria apresentada, posteriormente, em caso de um texto escrito), o enunciador precisa colocar-se um passo à frente, a fim de conseguir construir seu contra-argumento, já tendo consciência do posicionamento de seu interlocutor.

Assim, destaca-se a complexidade exigida no processo de elaboração da negociação, que consiste, sobretudo, na pressuposição de que o enunciador precisa, entre outras coisas, expressar sua opinião; considerar o contexto enunciativo e as/os crenças/saberes/desejos/valores do enunciatário; mostrar certo distanciamento em relação ao próprio argumento (“eu acho”, “talvez”); construir um contra-argumento com base na opinião do interlocutor.

Corbari (2013) acrescenta que a “negociação [...] diz respeito à forma como o produtor relaciona recursos linguísticos, manipulando-os para agir sobre o interlocutor, orientando a produção de sentido(s) a partir de sua posição sobre o tema abordado” (CORBARI, 2013, p. 25). A autora também afirma que a negociação

[...] tem como fim validar e fazer prevalecer o ponto de vista apresentado no texto. Trata-se, então, de característica presente no texto argumentativo, considerando que, para o interlocutor aceitar a opinião do produtor, este precisa lançar mão da negociação (CORBARI, 2013, p. 138).

Observamos, assim, que os elementos linguísticos podem contribuir para a construção da negociação no texto opinativo. Entre esses elementos, destacamos o papel da primeira pessoa do plural mobilizada no texto, cujo uso envolve aspectos pragmáticos, como, por exemplo, a preservação da face do leitor (MAINGUENEAU, 2005), conforme explicitamos na seção de análise.

#### 4 Escolhas metodológicas

Considerando que os objetivos deste trabalho pressupõem um olhar subjetivo das pesquisadoras na interpretação dos dados, este artigo constrói-se a partir da perspectiva qualitativa, pautada no viés interpretativista (BORTONI-RICARDO, 2008). Prodanov e Freitas (2013) explicam que a pesquisa qualitativa observa a relação dinâmica existente entre o mundo real e o sujeito.

Para Bortoni-Ricardo (2008), a pesquisa qualitativa foca na interpretação dos fenômenos sociais inseridos em um contexto, que, no nosso caso, diz respeito a um fenômeno linguístico cuja movimentação implica aspectos sociointeracionais. Para interpretar o dado linguístico, pautadas na Pragmática, consideramos as ocorrências dentro de uma situação de interlocução específica, que envolve contexto de produção e circulação do texto, temática, interlocutores, entre outros aspectos. Nesse movimento analítico, a participação ativa das pesquisadoras é considerada como parte constituinte do processo, uma vez que as categorias propostas estão submetidas a uma relação constante entre leitura e interpretação e a nosso envolvimento aprofundado em relação ao material analisado, visto que todo texto possibilita uma multiplicidade de leituras (MORAES; GALIAZZI, 2011).

O *corpus* é constituído por 20 artigos de opinião que abordam questões relacionadas ao meio ambiente publicados no jornal *online Gazeta do Povo* no período entre junho de 2019 e maio de 2020. Os textos foram escritos por autores que ocupam cargos de relevância social, sendo engajados, principalmente, em questões ambientais.

Quanto ao perfil do leitor *Gazeta*<sup>2</sup>, constatamos que mais da metade dos leitores é constituída por homens (58%), graduados (55%), casados (60%) e membros das classes sociais mais elevadas (83%). Quase metade dos leitores (46%) tem entre 35 e 54 anos. Consideramos as informações acerca do perfil do autor e do leitor relevantes, pois, conforme observa Yule (1996), o que é proferido deve ser sempre pensado dentro do contexto em que os interlocutores estão inseridos, ou seja, é preciso analisar como os falantes organizam suas falas de acordo com quem é seu interlocutor, qual é o momento da fala e em quais circunstâncias a enunciação está sendo proferida.

Para o tratamento e a análise dos dados, adotamos como procedimento metodológico a Análise Textual Qualitativa (MORAES; GALIAZZI, 2011), que busca gerar novas perspectivas sobre os fenômenos linguísticos e discursos. A Análise Textual Qualitativa organiza-se, fundamentalmente, em torno de três focos: a *unitarização* ou desmontagem de textos, fase em que as pesquisadoras examinaram e fragmentaram os textos que compõem o *corpus* para construir unidades constituintes que se

---

<sup>2</sup> Cf. PERFIL DO LEITOR. In: GAZETA DO POVO JORNAIS. Disponível em: <https://www.gazetadopovojornais.com.br/>. Acesso em: 29 jul. 2020.

relacionem com o uso da primeira pessoa; a *categorização* ou estabelecimento de relações entre as unidades de base, que resultou na formação de conjuntos que apresentam elementos próximos, ou seja, categorias; e a *comunicação* ou captura do novo emergente, momento em que constituímos um metatexto cuja função é explicitar e comunicar a compreensão que se obteve na combinação dos elementos constituídos nos passos anteriores.

Desse modo, em nosso primeiro contato com o *corpus*, localizamos e fragmentamos as ocorrências da primeira pessoa, considerando sua contribuição na tentativa de negociação instaurada no texto. Nessa fase da pesquisa, analisamos os 20 textos que compõem o *corpus* e deparamo-nos com 181 ocorrências<sup>3</sup> de primeira pessoa do plural (*nós inclusivo*). Depois de localizar e organizar as ocorrências, passamos a estabelecer semelhanças entre elas para que pudéssemos agrupá-las. Nesse momento, foi tomada como norteadora a primeira pessoa do singular e a noção dos aspectos inclusivo e exclusivo do *nós* (BENVENISTE, 1991), visto que essa noção pode marcar a quem o enunciador se refere e definir o relacionamento entre os interactantes.

A característica da primeira pessoa do plural, se inclusiva ou exclusiva, e da primeira pessoa do singular serviu para que chegássemos a duas categorias de análise: *Negociação pelo movimento de engajamento* e *Negociação pela explicitação de autoridade*. Na primeira categoria, verificamos que há o envolvimento de um eu (articulista) com um tu (leitor) que é posto em cena por meio do uso da primeira pessoa do plural, em um movimento que busca engajar articulista e leitor. Na segunda categoria, que envolve o uso do *nós exclusivo* e do *eu* (primeira pessoa do singular), a primeira pessoa é uma estratégia efetiva na construção da imagem de um enunciador competente, o que também contribui para a adesão do leitor à perspectiva do articulista. Neste artigo, dada a limitação de espaço, dedicamo-nos a explicitar os resultados alcançados apenas em relação à primeira categoria, conforme posto na seção seguinte.

## 5 Negociação pelo movimento de engajamento

Rodrigues (2001) explica que o artigo de opinião estabelece um modo de orientação para o seu destinatário e para sua reação-resposta ativa. Na construção do enunciado, o estabelecimento do ponto de vista é orientado para o destinatário, mesmo que, no artigo, assim como nos demais gêneros secundários, a reação-resposta apresente uma ação retardada. Tal interação dos participantes é mediada por diferentes instâncias (a escrita, o suporte etc.).

---

<sup>3</sup> Foram consideradas todas as ocorrências do pronome pessoal do caso reto e oblíquo, as desinências verbais e os pronomes possessivos.

A partir de tais considerações, Rodrigues (2001) apresenta o seguinte questionamento: “Qual a finalidade ideológica da interação no artigo?” (RODRIGUES, 2001, p. 209). A autora responde que, de forma geral, a finalidade da interação orienta-se para a busca da adesão do leitor ao ponto de vista do articulista. Nesse movimento discursivo, são postos em cena três movimentos: o *movimento de engajamento* do leitor ao discurso do autor, o *movimento de refutação* da contra-palavra do leitor e o *movimento de interpelação* do leitor ao ponto de vista do autor.

Neste artigo, consideramos relevante mencionar a importância do primeiro movimento, o de engajamento, que relacionamos com o recurso à primeira pessoa. Na dinâmica das negociações instauradas no artigo, o articulista eleva o leitor à posição de seu aliado, como se fosse um coautor do artigo, ou seja, o discurso é construído como se o leitor fosse incorporado ao ponto de vista do autor, como se ambos falassem de uma mesma posição valorativa (RODRIGUES, 2001).

Dessa forma, é possível perceber que a interação entre enunciador/enunciatário apresenta-se como “uma certa relação de imposição sobre o leitor” quando este é enredado nas questões colocadas pelo articulista por meio do recurso à primeira pessoa, como podemos verificar no exemplo a seguir, retirado de nosso *corpus*:

Com a palavra, os [1]nossos governantes: que mensagem podem [2]nos dar nessa Semana do Meio Ambiente, cercada de ameaças que violentam o [3]nosso patrimônio natural? Vocês vão se posicionar de que forma? (BORGES, 2019, n.p.).

No recorte acima, o enunciador estabelece uma conversa com seu parceiro de enunciação. Observa-se que o leitor não é o único incluído, pois, ao dizer “nossos governantes”, fala-se de algo que envolve tanto o articulista quanto o leitor. Recorrendo a argumentos que podem ser entendidos como consensuais, o enunciador aponta para uma discussão que, por ser de interesse coletivo, deve estar em pauta.

Para melhor descrever as características do primeiro grupo de ocorrências, consideramos que há, no artigo de opinião, certos traços estilísticos que fazem sentir a presença ativa do leitor (RODRIGUES, 2001), sendo que seus possíveis enunciados também estão presentes no artigo. Rodrigues (2001) explica que um desses traços é o uso de marcas de primeira pessoa.

Tendo em conta que a finalidade de interação do artigo de opinião é agir sobre as crenças do interlocutor, quer reforçando-as, quer reconstruindo-as, Rodrigues (2001) esclarece que, nesse gênero, o enunciado é construído em função do leitor, ou seja, o articulista busca escrever de forma que possa antecipar e prever as possíveis reações do leitor, tentando alinhá-lo ao posicionamento explicitado no texto.

Segundo Silveira (2017), quando o articulista se marca na primeira pessoa do plural, ele tende a fazer referência a si mesmo, mas colocando-se como pertencente ao

grupo de leitores, cidadãos brasileiros, que estão conectados pelas questões que preocupam a nação.

Com esse movimento de engajamento, o enunciador busca tornar um leitor um aliado ao buscar incorporar no texto um discurso consensual ou uma situação que diz respeito a ambos os interactantes, para, num movimento mais amplo, fazer valer seu ponto de vista sobre a temática. Nesse sentido, recorrer a posições valorativas compartilhadas é uma estratégia de negociação mobilizada pelo articulista em busca da adesão do leitor à tese apresentada no artigo.

Rodrigues (2001) também explica que o movimento de engajamento do interlocutor pode, em alguns textos, assumir “nuances particulares” (RODRIGUES, 2001, p. 218). Adaptando a análise a nosso *corpus*, isso pode significar, por exemplo, uma mudança de estratégia, como ocorre no recorte abaixo, em que o parágrafo se inicia em primeira pessoa do singular (o eu do articulista) e termina em primeira pessoa do plural (articulista+leitores):

[4]**Tenho para mim** que a Covid-19 escancarou para toda a humanidade a mesquinhez e a soberba dos homens, que se julgavam donos do presente e do futuro, senhores do lucro e do progresso, dominadores da tecnologia. Porém espelham-se, repentinamente, em sua humanidade decaída, estampam sua deficiência moral e sua incapacidade ante o desconhecido, e ainda parecem tentar lutar contra a ideia de que [5]**fomos** feitos para cooperar. [6]**Somos** seres da solidariedade e somente quando nos [7]**assumirmos** assim obteremos algum sucesso (REQUIÃO, 2020, n.p.).

Aqui, o enunciador, inicialmente, coloca-se diretamente no texto, na primeira pessoa do singular e, depois, passa a incluir o enunciatário. Essa movimentação cria um efeito de valorização do leitor, pois o articulista, que se colocou no texto algumas linhas acima, demonstrando sua voz de notoriedade, junta-se ao leitor, mostrando a ele que suas opiniões partem do mesmo pressuposto. Esse movimento discursivo dá-se numa situação linguística em que são mobilizadas ideias contrárias e outros expedientes linguísticos, além das marcas de pessoa, que vão localizando os leitores no debate, como, por exemplo, os substantivos “homens” e “humanidade”, reforçando a posição de autor/leitor engajados em relação ao tema.

Observamos que a categoria *Negociação pelo movimento de engajamento* envolve apenas a marca da primeira pessoa do plural (*nós*), mais especificamente o *nós inclusivo* (eu+tu).

Dentro da categoria aqui considerada, tendo em conta não só o uso da primeira pessoa, mas também o conteúdo proposicional movimentado, observamos a recorrência de movimentos semântico-pragmáticos, que nos levou a considerar alguns microgrupos: a) o enunciador busca engajar o enunciatário acionando a noção de responsabilidade coletiva; b) o enunciador busca engajar os interactantes ao lançá-los

à categoria de beneficiários; c) o enunciador busca engajar o enunciatário recorrendo a noções de evidencialidade e a recursos da modalização epistêmica para se colocar, junto ao enunciatário, como um conhecedor de determinada realidade; d) o enunciador busca engajar o enunciatário voltando-se para noções deônticas que mencionam atitudes de intervenção necessárias.

Abaixo, apresentamos exemplos representativos do primeiro micromovimento (a), que aciona a noção de responsabilidade coletiva:

Desde então, uma série de conferências, reuniões e pactos discutiram os impactos e criaram mecanismos para reduzir ou mitigar as [8]**nossas** ações negativas ao planeta natural (LOYOLA, 2019, n.p.).

[9]**Destruímos** a Mata Atlântica e [10]**avançamos** agora sobre o Cerrado e a Amazônia. Somente no mês de abril deste ano, a Amazônia brasileira perdeu 529 km<sup>2</sup>, registrando a maior área desmatada nos últimos 12 anos. E o ministro do Meio Ambiente deliberadamente adota uma linha de atuação de confronto com a legislação ambiental (MEDEIROS, 2020, n.p.).

Em [8], [9] e [10], o enunciador se coloca, juntamente com o enunciatário, na posição de “destruidor” da Amazônia e dos bens naturais. Com esse movimento, enunciador e enunciatário são enredados no problema abordado, o que ajuda a sustentar o argumento que movimenta a construção do texto. Embora o compartilhamento da responsabilidade não garanta um alinhamento em relação à tese que é defendida no texto, trata-se de uma estratégia produtiva para que o debate seja tomado pelo interlocutor como uma interação necessária. Essa construção discursiva acaba, então, abrindo espaço para a interpelação (RODRIGUES, 2001) e para a aceitação da valoração axiológica posta no texto.

Nos recortes abaixo, podemos verificar as ocorrências relacionadas ao segundo microgrupo (b), que lança os interactantes à categoria de beneficiários, conforme demonstram os elementos em destaque:

Falar em meio ambiente não é algo abstrato. Se traduz no ar puro que [11]**respiramos**, na água que [12]**bebemos** e na fauna e flora que [13]**nos** cercam. [14]**Somos** dependentes desses recursos para [15]**sobrevivermos** e [16]**desenvolvermos** [17]**nossas** atividades cotidianas e, mesmo assim, temos dificuldade para reconhecer e valorizar [18]**nosso** patrimônio natural (KRIGSNER, 2019, n.p.)<sup>4</sup>.

Ainda que reduzida e ameaçada, a Mata Atlântica [19]**nos** fornece valiosos serviços ambientais e abrigo para uma grande diversidade biológica (MEDEIROS, 2020, n.p.).

---

<sup>4</sup> Neste e em outros recortes, deixamos em destaque apenas as ocorrências de primeira pessoa que exemplificam a análise em tela.

Nesse microgrupo, percebemos que a tese do enunciador gira em torno da estratégia de mencionar aspectos positivos presentes na natureza, os quais nos beneficiam. Ou seja, nessa perspectiva, enunciador e enunciatário são enredados em uma posição de “dependentes dos bens naturais”. Em vários trechos, o enunciador menciona que somos detentores desses bens e, portanto, temos razões para salvá-los. Essa é uma das estratégias produtivas na construção do texto argumentativo, pois cria um ambiente em que se torna difícil, para o enunciatário, criar objeções em relação à tese adotada no texto, visto que ele também é relacionado como um ser no mundo dependente da natureza, fato que não pode ser negado.

As ocorrências a seguir, [20] e [21], representam o terceiro micromovimento (c), cuja estratégia de negociação envolve um enunciador que recorre às noções de evidencialidade e a elementos epistêmicos, relacionados ao eixo do saber (PARRET, 1988), para se colocar, junto ao enunciatário, como um conhecedor de determinada realidade:

No agosto mais desafortunado dos últimos anos, [20]**vimos** a Amazônia arder em chamas, reflexo do aumento dos níveis de desmatamento que atingiu mais de 9 mil quilômetros quadrados, a maior área perdida em mais de uma década (MARQUES, 2019, n.p.).

Aqueles que conseguirem superar o desafio de sair do mar de lama que envolve as muitas tomadas de decisão propositalmente equivocadas com as quais [21]**temos** convivido certamente serão reconhecidos como representantes que honraram suas funções, mostraram ter dignidade e mereceram o respeito da população (BORGES, 2019, n.p.).

Nessas ocorrências, o enunciador constrói sua tese em torno da ideia de que somos observadores de todas as tragédias que têm acontecido com o meio ambiente nos últimos anos. Essa estratégia ajuda a sustentar o argumento que movimenta a construção do texto, pois cria um engajamento na perspectiva de que enunciador e enunciatário fazem parte do grupo de pessoas que observaram as más ações realizadas ao meio ambiente. Esse micromovimento coloca o enunciatário como testemunha de tudo que é afirmado pelo enunciatário, numa dinâmica em que este tenta tornar válido o argumento relacionado no parágrafo e, de forma mais ampla, validar a sua tese.

Ao analisar estratégias envolvendo recursos semelhantes, Corbari (2013, p. 113) observa que, com esse movimento textual-discursivo, “o produtor se posiciona como alguém que tem conhecimento e autoridade sobre o conteúdo tratado no texto [...]. A opinião é posta de tal forma que negá-la seria admitir-se ignorante sobre os fatos do mundo”. Nos casos analisados aqui, que envolvem o uso da primeira pessoa do plural, o movimento de contra-argumentação fica ainda mais limitado, na medida em que se explicita que não apenas o enunciador conhece os fatos do mundo, mas também o

enunciatório. Nesse sentido, vai se construindo um movimento de negociação que, de certa forma, diminui as possibilidades de refutação por parte do leitor.

De um subgrupo mais ligado aos valores epistêmicos, passamos ao último micromovimento representativo das formas de engajamento do leitor (d). Nesse caso, são acionadas noções deônticas, que, no campo da modalização linguística, referem-se ao eixo da conduta (PARRET, 1988), relacionando atitudes necessárias:

Já passamos por isso antes; em 2004, os índices de desmatamento eram muito piores que os de hoje. Nos últimos anos daquela década, o Brasil conseguiu dar a volta por cima e impôs restrições em uma região em que não se respeitavam regras. Hoje, porém, [22]**precisamos** ser mais ambiciosos do que naquela época (UNGER, 2019, n.p.).

Sendo assim, a melhor saída seria investir em soluções regionais, onde um conjunto de municípios formaria um consórcio intermunicipal para tratamento de seus resíduos, dividindo os custos da manutenção do aterro. Mas [23]**precisamos** ter a consciência de que é urgente a necessidade de [24]**começarmos** a planejar aterros sanitários que tenham dentro de suas plantas centrais de triagem de resíduo que sejam capazes de retirar do montante que será aterrado aquilo que é reciclável (PAQUET, 2019, n.p.).

Para [25]**construirmos** uma verdadeira nação brasileira, não [26]**podemos** nos furtar de compreender os efeitos de nossas ações presentes para o país que desejamos no futuro. [...] O ano de 2020 já está batendo à nossa porta e o futuro mais uma vez se torna realidade. Depende de nós, brasileiros, [27]**escolhermos** representantes comprometidos e [28]**cobrarmos** dos atuais governantes atitudes que nos ofereçam um cenário futuro com o qual nos identificamos (MARQUES, 2019, n.p.).

Nos recortes acima, o enunciador aciona um movimento de negociação em que busca engajar o enunciatório, mencionando ações que devemos tomar para que não sejamos apenas observadores dos acontecimentos negativos. O tom deôntico pode estar na própria semântica do verbo modalizador, como vemos em [23], ou na ambientação contextual, como vemos na ocorrência [24], em que o verbo carrega a marca da primeira pessoa, mas a deonticidade está marcada no sintagma nominal “a necessidade”, dada no conteúdo proposicional. Na dinâmica de engajamento do leitor em relação aos problemas a serem debatidos, o enunciador busca também enredar o enunciatório na tentativa de alinhá-lo à tese apresentada a partir da responsabilização coletiva por ações necessárias. Considerando que enunciador e enunciatório estão incluídos no mesmo problema, um efeito de proximidade entre eles é criado. Quanto mais próximo o leitor sentir-se do autor e do problema, mais ele estará propenso a concordar/agir.

Embora o foco deste artigo recaia sobre o uso da primeira pessoa, é preciso explicitar que, ao observarmos o contexto linguístico, constatamos que outras

estratégias, além da primeira pessoa, são utilizadas para reforçar a adesão do leitor à tese abordada no texto. Rodrigues (2001) menciona que o pronome *todos* é uma dessas estratégias. A autora explica que utilizar *todos nós* exalta a noção de plural e de coletividade, ou seja, busca fazer com que o leitor se sinta parte da questão mencionada. É o que se observou, por exemplo, na análise do fragmento [4], em que ocorrem os substantivos “homem” e “humanidade”.

Outras estratégias podem ser observadas também nestas ocorrências: “nós, **brasileiros**” (MARQUES, 2019, n.p.); “Somos 200 milhões de **seres humanos**” (MARQUES, 2019, n.p.); “o que nos impele, como **sociedade**” [...]; “mas toda a **sociedade** possa se envolver e contribuir para elevarmos o oceano à prioridade que ele deve ter” (MEDEIROS, 2020, n.p.). Observamos que o enunciador recorre a “brasileiros”, “seres humanos” e “sociedade” para evidenciar a participação do leitor nas questões abordadas, o que destaca a importância de se considerar, na análise do *corpus*, o contexto linguístico como um todo, que, por sua vez, relaciona-se com o contexto pragmático.

Vale observar, conforme pontua Corbari (2013), que, considerando a finalidade discursiva da interação social concretizada via artigo de opinião, embora possa se argumentar no texto sobre uma mudança de atitude necessária, tal mudança não é o objetivo imediato do texto, embora seja cogitada como uma realidade possível e necessária. Assim, tal recurso modalizador é colocado em cena na tentativa de alinhamento argumentativo, em direção ao fazer crer, mais do que um alinhamento atitudinal, que visaria a um fazer agir. Dessa forma, o enunciador constrói formas de mostrar que os enunciatários estão implicados no debate (GOLDER, 1996), quer mostrando que são indivíduos atingidos pelo problema, quer apresentando o leitor como um cidadão consciente em relação ao que se passa ou mostrando que as ações para salvar a natureza também são sua responsabilidade. Tal movimento evidencia negociação por meio do engajamento entre enunciador/enunciatário/conteúdo abordado.

## 6 Discussão dos resultados

Em resumo, a análise aqui proposta levou aos seguintes resultados:

1) A observação das ocorrências da primeira pessoa do plural levou ao estabelecimento da categoria de análise intitulada *Negociação pelo movimento de engajamento*.

2) Dentro dessa categoria, foram identificadas 181 ocorrências, divididas em quatro microgrupos semanticamente articulados, os quais representam que, por meio do uso da primeira pessoa (*nós inclusivo*), o enunciador: a) busca engajar o enunciatário

acionando a noção de responsabilidade coletiva; b) busca engajar os enunciatários ao lançá-los à categoria de beneficiários; c) busca engajar o enunciatário recorrendo a noções de evidencialidade e a recursos de modalização epistêmica para se colocar, junto ao enunciatário, como um conhecedor de determinada realidade; d) busca engajar o enunciatário voltando-se para noções deonticas que mencionam atitudes de intervenção que precisam ser tomadas.

Com relação aos micromovimentos citados acima, podemos observar, de acordo com a definição de Benveniste (1991) a respeito dos tipos de *nós*, que o *nós inclusivo*, de forma geral, busca criar no leitor sentimentos que possam alinhá-lo à argumentação instaurada no texto, tais como: “Você, leitor, também é responsável”, “Você, leitor, também pode ajudar”, “Você, leitor, também tem consciência do problema”, “Você, leitor, também se beneficia da natureza”. Ao colocar o leitor como cidadão que está relacionado a todas essas ações, o enunciador procura “cobrar” um posicionamento do leitor e causar nele a seguinte reflexão: “Se você é parte do problema, deve pelo menos se engajar na questão”. Utilizando esse tipo de estratégia, o argumento torna-se negociável, visto que uma primeira condição para a produção do discurso argumentativo é a discutibilidade do objeto do discurso (PETRONI, 2005).

Ademais, ao incluir o enunciatário no debate, o enunciador evita a referência direta (segunda pessoa ‘tu’). Ao substituir a referência direta pelo *nós inclusivo*, o enunciador faz com que o leitor se sinta pertencente ao mesmo grupo do qual o enunciador é parte; logo, se fazem parte do mesmo grupo, compartilham os mesmos interesses. É apenas a partir do interesse pelo debate que o negociador vai poder agir sobre as crenças e, quiçá, as atitudes do outro.

A utilização do *nós inclusivo* é também uma estratégia do enunciador que evita a criação de uma fala ameaçadora para as faces negativa e positiva (MAINGUENEAU, 2005) do leitor, pois, ao invés de fazer uma crítica, “Você é causador da destruição da Amazônia”, ou dar uma ordem, numa orientação deontica direta, “Você precisa replantar a floresta”, o enunciador ameniza sua fala, apresentando-a de forma polida: “Destruímos a Mata Atlântica e avançamos agora sobre o Cerrado e a Amazônia”, “precisamos juntar os fragmentos, conectá-los para construir uma nova normalidade na qual, quem sabe, o normal será a civilidade de uma relação respeitosa com a natureza”. Além da preservação de faces, ao usar a primeira pessoa do plural, o enunciador estabelece um efeito de solidariedade e de pertencimento em que suas ideias são expostas como partilhadas pelo grupo de leitores, o que evita um tom impositivo por parte do produtor.

Mencionamos acima que o foco, nessa categoria, recai na relação enunciadador-enunciatário. Tal afirmação pode ser explicada quando analisamos o funcionamento da categoria: o engajamento entre os interactantes é o que movimenta os usos do *nós inclusivo*, isso é importante, visto que “é em função do leitor que se dá o acontecimento

do enunciado e [...] o projeto discursivo do autor se orienta para a reação-ativa do leitor, buscando antecipar e prever as possíveis reações (verbais ou não) dele face a sua fala” (RODRIGUES, 2001, p. 210).

Assim, essa categoria implica a ideia de que “nós conhecemos x; portanto, podemos discutir a questão”. Ou seja, o articulista recorre à primeira pessoa para mostrar que ele e o leitor estão envolvidos e têm consciência dos problemas ambientais e, por isso, podem discutir as questões para sua posterior solução.

Em resumo, observamos que o uso da primeira pessoa é pesado no texto considerando o contexto pragmático que o envolve. Conforme já explicitado na parte teórica deste trabalho, a Pragmática ocupa-se do estudo da linguagem através de um amplo conjunto de parâmetros discursivos, os quais se referem às condições que governam a utilização da linguagem: quem são os autores, quem são os leitores, a temática abordada, o gênero selecionado para a discussão dessa temática, o objetivo sociodiscursivo implicado na gênese do texto, o veículo em que foram publicados, entre outros aspectos contextuais movimentam a construção do texto.

Tal construção leva a usos linguísticos específicos, entre os quais destacamos o uso da primeira pessoa do plural, o que mostra que as formas linguísticas estão sujeitas aos contextos de uso. Essa análise é fortalecida quando observamos que os elementos linguísticos considerados neste trabalho são dêiticos, e que “um dêitico só pode ser entendido dentro da sua situação de comunicação e, quando aparece num texto escrito, a situação enunciativa deve ser explicitada” (FIORIN, 2007, p. 162).

### Considerações finais

Este artigo objetivou identificar e descrever a função discursivo-pragmática do uso da primeira pessoa do plural no movimento de negociação instaurado em artigos de opinião publicados no jornal *Gazeta do Povo*. Para isso, a perspectiva teórica e metodológica que nos proporcionou embasamento foi a da Pragmática e a da Análise Textual Qualitativa.

Ao analisar o *corpus*, podemos afirmar que o uso da primeira pessoa é recorrente nos 20 textos e ocorre de várias formas que contribuem para as tentativas de negociação instauradas. Ao se marcar na primeira pessoa do plural, o enunciador procura manter uma interlocução mais ativa com seu enunciatário, colocando-se juntamente com ele na posição de quem faz parte do problema.

As ocorrências de primeira pessoa do plural são importantes para o processo de negociação, visto que, no texto argumentativo, o enunciador busca convencer o leitor sobre a validade da posição discursivamente construída. Desse modo, o papel da

primeira pessoa no processo de argumentação serve para criar um vínculo entre enunciador e enunciatário.

Ademais, ao recorrer a essa marca de personalidade, o enunciador apresenta sua opinião em uma conversa com o leitor e demonstra que não vê seu interlocutor como um ouvinte/leitor passivo, mas como alguém que tem suas opiniões e está disposto a estabelecer trocas. Essa posição ativa do leitor movimenta as escolhas linguísticas do produtor, que é considerado um estrategista que movimenta recursos linguísticos para alcançar seu objetivo, estabelecendo relações interpessoais por meio do processo de negociação. Nesse movimento, a primeira pessoa do plural também diz respeito à forma como o produtor, tendo em mente seu leitor, seleciona e relaciona recursos linguísticos com o propósito de apresentar um discurso convincente e, se possível, alinhá-lo à perspectiva subjetiva que apresenta no texto. Ou seja, trata-se de uma estratégia de negociação (GOLDER, 1996; GOLDER; COIRIER, 1994; 1996; PETRONI, 2005; CORBARI, 2013).

## Referências

- CORBARI, Alcione Tereza. **Elementos modalizadores como estratégias de negociação em textos opinativos produzidos por alunos de ensino médio**. 200 f. 2013. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- BENVENISTE, Emile. **Problemas de Linguística Geral**. Tradução: Maria da Glória Novak. São Paulo: EDUSP, 1991.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BORGES, Clóvis. O meio ambiente e a subserviência crônica dos governantes. **Gazeta do Povo**. 06 jun. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/o-meio-ambiente-e-a-subservencia-cronica-dos-governantes/?ref=veja-tambem>. Acesso em: 07 jul. 2020.
- GOLDER, Caroline. Production of Elaborated Argumentative Discourse: The Role of Cooperativeness. **European Journal of Psychology of Education**, v. 7, n. 1, p. 51-59, 1992.
- GOLDER, Caroline; COIRIER, Pierre. Argumentative Text Writing: Developmental trends. **Discourse Processes**, v. 18, p. 187-210, 1994.
- GOLDER, Caroline; COIRIER, Pierre. The production and recognition of typological argumentative text markers. **Argumentation**, v. 10, p. 271-282, 1996.
- FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996.

FIORIN, José Luiz. **Introdução à Linguística II: princípios de análise**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

FLORES, Valdir Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

KRIGSNER, Miguel. Como transformar nossa relação com a natureza? **Gazeta do Povo**, 28 ago. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/como-transformar-a-nossa-relacao-com-a-natureza/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

LOYOLA, Gustavo. Cuidar do ar importa. **Gazeta do Povo**, 13 jun. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/cuidar-do-ar-importa/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos da comunicação**. Tradução: Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARQUES, Marcia C. M. Que país queremos? Uma retrospectiva ambiental do Brasil de 2019. **Gazeta do Povo**, 30 dez. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/que-pais-queremos-ver-uma-retrospectiva-ambiental-do-brasil-de-2019/>. Acesso em: 07 jul. 2020.

MEDEIROS, João De Deus. Por que seguimos acumulando dívidas históricas e impagáveis com a Mata Atlântica? **Gazeta do Povo**, 27 maio 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/por-que-seguimos-acumulando-dividas-historicas-e-impagaveis-com-a-mata-atlantica/>. Acesso em: 07 jul. 2020.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2011.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Ed.Unesp, 2001.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática do português revelada em textos**. São Paulo: Ed.Unesp, 2018.

PARRET, Herman. **Enunciação e pragmática**. Tradução: Eni P. Orlandi *et al.* Campinas: Ed.UNICAMP, 1988.

PAQUET, Renato. O fim dos lixões ainda está longe de acontecer? **Gazeta do Povo**, 01 set. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/o-fim-dos-lixoes-no-brasil-ainda-esta-longo-de-acontecer/?ref=veja-tambem>. Acesso em: 07 jul. 2020.

PETRONI, Maria Rosa. Construção do objeto discutível: argumentação e interação. **Polifonia**, Cuiabá, n. 10, p. 113-133, 2005.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Ed.Feevale, 2013.

REQUIÃO, Glauco. A sustentabilidade como caminho para a vida. **Gazeta do Povo**, 23 abr. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/a-sustentabilidade-como-o-caminho-para-a-vida/>. Acesso em: 07 jul. 2020.

RODRIGUES, Rosangela Hammes. **A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo**. 2001. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

SILVEIRA, Luciane Carlan. **A articulação entre *ethos* e efeitos de sentido: uma visão enunciativa sobre articuladores textuais, pronomes e verbos em textos do vestibular da UFSM**. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

UNGER, Roberto Mangabeira. A Amazônia continua em chamas; saiba como salvá-la. **Gazeta do Povo**, 28 ago. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/a-amazonia-continua-em-chamas-saiba-como-podemos-salva-la/?ref=veja-tambem>. Acesso em: 14 jan. 2020.

YULE, George. **Pragmatics**. Oxford: Oxford University Press, 1996.